



EXPECTATIVAS E DIFICULDADES DE INGRESSO AO ENSINO MÉDIO POR ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA: PERCEPÇÕES DE UM PAI

Cassia dos Santos Freitas¹
Higor Pereira de Brito²
Cláudia Solange Rossi Martins³

RESUMO

Este estudo traz uma reflexão sobre as dificuldades vivenciadas por estudantes autistas que ingressam, ou que deveriam ingressar ao E. Médio, relacionando-os aos desafios da inclusão e as estratégias de superação destes; assim como, as expectativas de seus pais em ajudá-los a alcançarem sua formação acadêmica. A temática faz-se relevante no sentido de a comunidade escolar, incluindo os pais, buscarem formas mais efetivas de atuação no atendimento às necessidades educacionais do aluno com TEA, em um momento onde novos desafios e questionamentos vão surgindo no âmbito educacional. Trata-se de um Estudo de Caso, do tipo descritivo, realizado por meio de pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica, usando a abordagem qualitativa. Os dados foram obtidos por meio de uma entrevista presencial semiestruturada com o pai de um aluno com TEA, do 6º ano do Ensino Fundamental. Os resultados evidenciaram que as expectativas do pai em relação ao avanço escolar do filho autista são mínimas, onde os déficits cognitivos são tidos como importantes barreiras impeditivas para o acesso ao Ensino Médio. A importância da família junto aos profissionais da educação, na garantia dos direitos desse aluno e de sua qualidade de aprendizagem, também foi destacada. Espera-se que este estudo possa tornar conhecidas as dificuldades que alunos e famílias com TEA enfrentam, levando a novas indagações que propulsionem uma educação cada vez mais de qualidade.

Palavras-chave: Expectativas. Dificuldades. Autista. Ingresso. Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido pelo DSM5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais como um transtorno que engloba o transtorno autista (autismo), o transtorno de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância, o transtorno de Rett e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação (APA, 2014.). Ele atinge majoritariamente as pessoas do sexo masculino – cerca de três a quatro meninos para uma menina (LIMA e LAPLANE, 2016) — e segundo o Manual, as suas principais características são: déficits nos âmbitos da comunicação, da interação e da reciprocidade

¹ Graduanda em Lic. Letras Libras pela Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. Pesquisadora do GEDHAT. E-mail: cassiasamuel@gmail.com

² Graduando em Lic. Letras Libras pela Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. Pesquisador do GEDHAT. E-mail: higorpereira40@gmail.com

³ Doutora em Educação Especial (UFSCar). Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. Pesquisadora do GEDHAT. E-mail: claudia_martins492@hotmail.com



social, associados a comportamentos, atividades ou interesses padronizados e restritos (APA, 2014.).

Dessa forma, os sujeitos com TEA podem ter dificuldades linguísticas e as suas experiências de ver, ouvir, tocar e interpretar o mundo podem ser fora do padrão considerado “normal”. Logo, o seu convívio social e a construção de contatos afetivos podem ser limitados, mas não impossíveis.

Por causa desses déficits sociais, principalmente na área da comunicação, a aprendizagem escolar de alunos com TEA pode ser prejudicada (MACEDO et al., 2017.). Por isso, metodologias diferenciadas de educação são garantidas a esses alunos, como previsto no Art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9394/96, Capítulo V, ao definir que a educação para alunos com deficiência deve ser oferecida assegurando por exemplo, currículo e técnicas educativas específicas para atender às suas necessidades, conforme diz: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; [...] (BRASIL, 1996.).

A Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE (BRASIL, 2013), compreende o sujeito autista como pessoa com deficiência e afirma o seu direito em ter acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), no contraturno, e aos demais serviços da educação especial, como se vê:

Para a garantia do direito à educação básica e, especificamente, à educação profissional, preconizado no inciso IV, alínea a, do artigo 3º da Lei nº 12.764/2012, os sistemas de ensino devem efetuar a matrícula dos estudantes com transtorno do espectro autista nas classes comuns de ensino regular, assegurando o acesso à escolarização, bem como ofertar os serviços da educação especial, dentre os quais: o atendimento educacional especializado complementar e o profissional de apoio. (BRASIL, 2013.).

Além disso, o mesmo documento destaca ainda a importância de sua escolarização visar a autonomia e o desenvolvimento de relações sociais; de as atividades serem realizadas em ambientes e horários juntamente com os demais colegas; de uma avaliação pedagógica flexível; e do estímulo à comunicação, dentre outros.

Nesse contexto, é importante ressaltar a Declaração de Salamanca, de 1994, que além de afirmar a inclusão escolar de pessoas com deficiência, promove ainda um encorajamento da participação familiar no processo de escolarização desse aluno. Esta é uma tarefa que deve ser dividida entre os pais e os profissionais que atuam nesse cenário, onde os pais são agentes ativos na promoção dessa inclusão (VARGAS; SCHMIDT, 2017).



Os índices de evasão escolar são altos em relação à quantidade de alunos com TEA que chegam ao Ensino Médio, como exposto nos estudos de Lima e Laplane (2016). Em suas pesquisas em uma cidade do interior de São Paulo, no período de 2009 a 2012, demonstraram que o processo de escolarização de alunos com autismo não se concluía e poucos chegavam ao Ensino Médio. A causa disso foi atribuída à mudança do aluno da rede municipal para a estadual — que não oferecia apoio educacional a esse público — e também pelas inseguranças dos pais no decorrer dos avanços nas etapas escolares de seus filhos.

Lima et. al (2017) em seus estudos sobre a atenção psicossocial de crianças e adolescentes com TEA nos Centros de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi) situados na região metropolitana do Rio de Janeiro, também identificaram um alto índice de evasão escolar por parte desses alunos, cerca de mais de 20% destas crianças e adolescentes autistas estavam fora do sistema educacional.

Nesse sentido, percebemos que muitos são os fatores que podem contribuir para a evasão escolar de alunos com TEA e para a diminuição do quantitativo de alunos que conseguem chegar no Ensino Médio. Pesquisas como as de Chiote (et al, 2014) e de Cábrio e Carneiro (2017) revelam que uma dificuldade bastante enfrentada por esses alunos em seu processo de escolarização é o fato de que, muitas vezes, a escola é conceituada pelos profissionais e familiares somente como um espaço de interação para estes discentes, em que não acontecia a sua real inclusão e em que existiam fragilidades nas práticas educativas para com eles. Ou seja, o que na prática acontecia nas escolas não favorecia o desenvolvimento destes sujeitos e muito menos possibilitava avanços no seu aprendizado.

Dentro desse processo, os pais possuem papel fundamental principalmente por poder fornecer aos profissionais, informações relevantes sobre o desenvolvimento e formas de comunicação de seus filhos. Informações estas que são de grande valor para o planejamento das intervenções educacionais dessas crianças e adolescentes, segundo Serra (2010).

No entanto, não é um caminho fácil. Serra (2010) e Minatel e Matsukura (2015) relatam experiências de pais que enfrentaram diversos desafios para a inserção e permanência de seus filhos autistas no ensino regular e para a garantia da sua inclusão. Serra (2010) constata que tanto as famílias que possuem condições de pagar uma escola particular quanto as que dependem do sistema público de ensino, enfrentam os mesmos dilemas e dificuldades em conseguir matricular seus filhos nas escolas regulares.

Minatel e Matskura (2015), em uma pesquisa com vinte crianças e adolescentes autistas, identificaram que somente cinco destes continuavam no ensino regular. As autoras destacam que os pais apontam o despreparo da escola para receber seus filhos, em promover a



inclusão e o seu desenvolvimento, bem como o preconceito e exclusão sofridos dentro de sala de aula por parte de outros pais, como principais motivos que os levam a retirarem seus filhos das escolas e desistir da educação inclusiva.

Por outro lado, os pais muitas vezes subestimam as capacidades de seus filhos e valorizam mais a aceitação e o cuidado dos mesmos em detrimento do seu aprendizado, desenvolvimento e autonomia. Em outros momentos são ainda acusados pela escola por não darem continuidade no desenvolvimento de técnicas e estratégias pedagógicas e por não reconhecerem os trabalhos desenvolvidos em benefício de seus filhos (SERRA, 2010; MINATEL; MATSUKURA, 2015).

Dessa forma, percebe-se que a escolarização e a inclusão de alunos com TEA é um assunto bastante complexo e são muitos os fatores que contribuem para os altos índices de evasão que os impede de chegarem ao Ensino Médio. Com base nestes dados, entende-se que a atenção para o atendimento educacional aos alunos com TEA é um tema relevante e necessário, no sentido de prover meios para que estes possam concluir sua escolarização de forma satisfatória, e possam prosseguir no seu preparo profissional.

Os estudos a respeito do autismo, de modo geral, são bastante recentes e escassos no Brasil (TALARICO; LAPLANE, 2016) e, em sua maioria, concentram-se na educação infantil desses indivíduos. Sente-se, com isso, a necessidade de pesquisas que tratem da educação do aluno com TEA, no que se refere ao Ensino Médio, levando em consideração, que sempre surgem novas questões, à medida que esses alunos progredem de série na educação formal (CHIOTE et al, 2014.).

Desse modo, este estudo teve como *objetivo geral*: Verificar as expectativas e dificuldades de ingresso ao ensino médio de um aluno com TEA, na percepção do pai. E como *objetivos específicos*: 1 - Saber quais as dificuldades percebidas pelo pai em relação ao ingresso do seu filho com TEA ao Ensino Médio; e 2 - Saber como o pai do aluno autista pode ajudar o seu filho a progredir nas etapas do ensino fundamental até chegar ao Ensino Médio, com um bom aprendizado.

Este estudo traz sua contribuição e relevância na medida em que possibilita uma reflexão sobre as dificuldades vivenciadas por estudantes autistas que ingressam, ou que deveriam ingressar ao E. Médio, relacionando-os aos desafios da inclusão e as estratégias de superação destes, assim como, as expectativas de seus pais em ajudá-los a alcançarem sua formação acadêmica no E. Médio.

Considerando que, segundo Chiote (et al., 2014), na medida que esses alunos vão avançando na escolarização formal, novos desafios e questionamentos vão surgindo, entende-



se relevante esta compreensão, a fim de que, pais e comunidade escolar possam ter um olhar ao aluno com TEA, ajudando-o em suas dificuldades para chegar ao Ensino Médio.

MÉTODO

Trata-se de um Estudo de Caso, que segundo Gil (2008, p. 57-58), “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”.

Do tipo descritivo, o estudo foi realizado por meio da pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica, usando a abordagem qualitativa. Por estes meios, buscou-se ampliar o entendimento sobre dificuldades de ingresso ao E. Médio por alunos com TEA e expectativas de seus pais, a fim de obter maior compreensão e resultados em torno do problema principal que norteia essa pesquisa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009.).

Para a análise e compreensão dos dados obtidos, foi adotada a abordagem dedutiva que, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009), permite realizar a conclusão acerca dos fatos, usando a lógica, a partir de premissas sobre o tema.

Os dados foram obtidos por meio de uma entrevista presencial semiestruturada com o pai de um aluno com TEA, de treze anos de idade, residente na cidade de Belém, cursando o 6º ano do Ensino Fundamental, mediante o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde são descritos os objetivos do estudo e cuidados éticos.

A Entrevista foi realizada seguindo um roteiro de perguntas direcionadas ao pai do aluno, no qual foi dividido em três eixos temáticos. O primeiro eixo compreendeu perguntas sobre as expectativas do pai quanto ao progresso do filho nas etapas educacionais e seu futuro ingresso no Ensino Médio, por meio das seguintes perguntas: *1 - Seu filho Autista já concluiu o Ens. Fundamental? Há quanto tempo? Está estudando no momento?; 2 - Quais as suas expectativas para o ingresso do seu filho com TEA ao ensino médio?*

O segundo eixo de perguntas trouxe possíveis dificuldades, sob a ótica do pai, para o ingresso do filho autista no Ensino Médio, por meio dos seguintes questionamentos: *3 - Você considera que seu filho com TEA apresenta dificuldades que o impedem de entrar no Ensino Médio? Quais seriam (se for o caso)?*

Por fim, o último eixo de perguntas direcionadas ao pai, buscou saber da sua contribuição para o bom aprendizado do filho nas etapas que antecedem o ingresso ao Ensino Médio, a saber: *4 - Como você pode contribuir para garantir o bom aprendizado de seu filho para que ele tenha avanços como aluno autista e possa alcançar o ensino médio com bom aprendizado?; 5 - Você acredita que o seu filho tem condições de desenvolver ainda mais o*



aprendizado, nas séries futuras? Por quê?; e 6 - Na sua concepção, há algum fator que dificulta a aprendizagem do seu filho? Se, sim, quais? Explique.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo traz uma reflexão sobre as dificuldades vivenciadas por estudantes autistas que ingressam, ou que deveriam ingressar no E. Médio, relacionando-os aos desafios da inclusão e as estratégias de superação destes; assim como, as expectativas de seus pais em ajudá-los a alcançarem sua formação acadêmica. Tendo isso em vista, o objeto de análise dessa pesquisa foi o Tiago (nome fictício), pré-adolescente, com treze anos de idade e diagnóstico de TEA, residente na cidade de Belém - Pará, e que até o presente momento da pesquisa, cursa o 6º ano do Ensino Fundamental, em uma escola municipal da rede regular de ensino.

Os resultados e as discussões aqui apresentadas seguem os três eixos de perguntas realizadas ao pai.

Eixo 1 – Quanto às expectativas do pai sobre o progresso do filho nas etapas educacionais e seu futuro ingresso ao Ensino Médio, o mesmo vem trazendo a situação escolar em que Tiago se encontrava (pergunta 1). Segundo o pai:

O Tiago tá estudando desde cedo, ele começou estudar desde os cinco anos de idade. Ele foi para alfabetização, ele fez o ABC, se formou fez aquela coisa, sabe? De criança do ABC... ele fez tudo direitinho. [...] ele sempre é aprovado, o que eles fazem hoje lá... hoje uns dos critérios da escola pública é não ter ninguém reprovado, eles sempre faz alguma coisa pra aprovar. (Pai do aluno).

Lima e Laplane (2016) observam na análise das trajetórias escolares de alunos com autismo que há grande evasão escolar, principalmente quando estão nas séries finais do ensino fundamental, no sistema de ensino municipal. Parte dessa evasão pode ser explicada pela mudança da rede municipal para estadual, que não oferece apoio educacional para alunos com autismo. Além disso, os gestores referem que os pais apresentam insegurança nas mudanças de etapas escolares de seus filhos. Observa-se, ainda que há baixa retenção escolar. Na rede municipal só há retenção do aluno caso haja alguma instância legal que afirme, por indicador clínico, que o aluno não pode progredir para a série ou ano seguinte.

Sobre as expectativas do pai quanto ao ingresso do aluno ao Ensino Médio (pergunta 2), o pai respondeu:

As expectativas, é o seguinte, [...] é esperar terminar o fundamental pra depois eu me preocupar com isso, entendeu? É simples. Eu não tô me batendo agora, eu sei que eu vou arrumar vaga pra ele. Vaga pra ele vai ter,



pode ter certeza! [...] Porque eu sei aonde tem que procurar, eu sei aonde tenho que ir. (Pai do aluno).

O aluno autista tem o direito à vaga assegurada por lei - a lei Berenice Piana, Lei nº 12.764 criada em 2012, diz no art. 7º do capítulo IV que o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos (BRASIL, 2012.)

Minatel e Matskura (2015) verificam a ausência de diálogo entre os equipamentos escolares/sistemas de ensino (especial e regular), entre as famílias e as escolas e, ainda, entre as políticas públicas e a realidade escolar e familiar

Tão importante quanto ter direitos assegurados por lei, é a questão de verificar a efetividade e aplicabilidade destas leis na educação. No caso do aluno autista, sujeito do presente estudo, percebemos que o pai em ciência dos direitos e busca garantir que seu filho esteja matriculado na escola. Porém, não demonstra preocupação com o avanço e aprendizado do filho nas etapas educacionais.

Eixo 2 – Sobre as possíveis dificuldades para o ingresso do filho autista ao Ensino Médio, na ótica do pai, o pai respondeu:

[...] ele escreve algumas coisas, mas ele não pega um texto e vai ler. [...] Meu sonho é que ele seja alfabetizado mais ele ainda não é alfabetizado. [...] Ele está estudando, mas ele está lá por estar. Mas ele faz. As atividades dele, é diferente dos outros. A dificuldade é que ele, às vezes, ele não quer fazer as coisas, às vezes ele tem preguiça, ele não quer... e tu não pode forçar, tem que ser como ele quer. Se ele não quiser “Ô pai, não tô a fim...” “então tá filho, sem problemas, então bora embora. Acabou”. (Pai do aluno)

Há um evidente atraso na alfabetização do aluno Tiago, pois aos 13 anos de idade, não escreve e nem lê corretamente. Quanto ao pai, observa-se o desejo e a esperança de que o filho seja aprovado até o E. Médio. No entanto, ele tem ciência de que o mesmo não tem condições de prosseguir nos níveis de escolarização mais avançados, por não estar devidamente alfabetizado.

Infelizmente diversos estudos demonstram que a realidade em sala de aula está longe do ideal. Dentre os problemas frequentemente encontrados, estão a falta de capacitação de professores, carência de recursos e estratégias de atenção, de cuidado e de ensino, preconceito e exclusão em sala de aula, bem como a subestimação das capacidades do aluno (SERRA, 2010; MINATEL; MATSUKURA, 2015; CAPELLINI; SHIBUKAWA; RINALDO, 2016.). Isso permite entender porque existem significantes falhas no atendimento educacional aos alunos com TEA.



O pai relata ainda, que seu filho “está estudando, mas ele está lá por estar [...]” e que as atividades dele são diferentes dos demais alunos, dando indícios de que a escola, por sua vez, precisa eliminar barreiras que vão além da permanência do aluno na escola, mas devem principalmente, repensar as suas atitudes, no sentido de promover a aprendizagem também daqueles que possuem limitações ou Necessidades Educativas Especiais (NEE), como no caso do aluno autista.

Uma problemática bastante identificada em situações como esta, vivenciada pelo responsável do aluno autista, é a infantilização e a subestimação das suas capacidades em função do TEA, conforme Minatel e Matsukura (2015), levando os familiares muitas vezes a não incentivarem seus filhos autistas à realização de atividades e estudo.

O pai do aluno autista afirma que se o filho não quer realizar suas atividades, tudo bem, não há insistência com ele. Sobre isso, Serra (2010) diz que é importante se respeitar o tempo e as limitações dos filhos, mas se faz necessário que os responsáveis se disponham a prepará-los para uma vida independente, com comportamentos aceitos, reconhecendo as suas potencialidades, suas capacidades criativas e sua individualidade.

Eixo 3 - Quanto à maneira como o pai busca garantir que seu filho autista possa alcançar o ensino médio, com bom aprendizado (pergunta 4), a resposta foi:

A nossa contribuição como pai e família na formação educacional e social [...] é dar continuidade em tudo aquilo que for apresentado a ele, que seja positivo e significativo que contribua nesse processo contínuo e constante de aprendizado por meio do interacionismo social, pois entendemos que isso, acontece de forma natural no meio social que vivemos, e acreditamos que isso, ocorra por intermédio de trocas entre nós, seres sociais. Haja vista que a nossa responsabilidade como pais é muito grande, por exercemos grande influência sobre o [Tiago], pois somos uma grande referência para ele, ou seja, um espelho, e por conta disso, temos que ter muito cuidado em nossa conduta, segundo disse certa vez, a neurologista que atende ele, pelo SUS. Meu filho tem seus direitos garantidos por lei, hoje ele tem o atendimento que precisa, mas eu lutei por eles, as leis estão aí, eles tem direito, mas muitas vezes não são cumpridas, eu posso ajudar cobrando os direitos dele pois as leis existem, as leis estão aí, mas tem que lutar para conseguir, pois as autoridades se omitem. (Pai do aluno).

Vê-se a importância atribuída pelo pai quanto ao papel da família em acompanhar e cooperar com o processo de aprendizagem do filho autista, e verificar se está tendo o apoio necessário na escola. A esse respeito, segundo Moschini e Schmidt (2012), o envolvimento dos pais e professores/escola como parceiros trabalhando pela educação das crianças é fundamental para garantir a adaptação e aprendizagem dos estudantes.

Santos e Vieira (2017) mostram que pais, profissionais da saúde e da educação devem estar em constante colaboração. Quando são reconhecidas as necessidades, fica mais



acessível a busca por melhores metodologias e formas para desenvolver um trabalho direcionado à singularidade do autista. É preciso estarem dispostos a lutar todos os dias, mesmo que tudo o que for ensinado não seja aprendido.

A legislação assegura os direitos de pessoas com deficiência (PCDs). No caso dos autistas, a Lei nº 12.764 criada em 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) assegura que os alunos com TEA, bem como alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação sejam incluídos na rede regular de ensino, recebendo Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno.

O pai do aluno autista relata que nem sempre o filho teve o suporte necessário na escola para promover sua aprendizagem. Contudo, o pai tem lutado para conseguir que seu filho possa usufruir de direitos garantidos por lei, e que atenda às suas necessidades educacionais, contribuindo desta forma para o ensino-aprendizagem de seu filho.

Tão importante como garantir o suporte educacional necessário ao avanço do filho com TEA, é o acompanhamento escolar em casa, ao estar junto com o filho no dia a dia ajudando nas tarefas e observando seu processo de aprendizagem. O pai de Tiago reconhece esta importância quando diz que sua *“contribuição é dar continuidade em tudo aquilo que for apresentado a ele, que seja positivo e significativo que contribua nesse processo contínuo e constante de aprendizado”*.

Quanto a considerar se o filho autista tem condições de desenvolver ainda mais o aprendizado nas séries futuras, o pai argumenta que: (pergunta 5)

[...] a nossa principal preocupação como pais dele, é que ele tenha o bom desenvolvimento social e interacional no contexto social que ele vive, pois, para nós seus pais, não temos essa ambição, essa preocupação que ele chegue uma formação acadêmica, se vier tudo bem. Porém, o que queremos o que esperamos que o nosso filho aprenda, a se virar sozinho, ou seja, que ele aprenda, que ele saiba ligar ou acender o fogo de um fogão pra fazer um café, pra ele beber, fazer o almoço dele, que saiba ligar um ferro elétrico pra ele passar uma roupa, que ele aprenda e saiba se comunicar com outras pessoas. (Pai do aluno).

A respeito disso, os estudos de Minatel e Matsukura (2015) confirmam que não há preocupação em relação ao aprendizado de conteúdos pelos familiares.

Sobre algum fator que dificulta a aprendizagem do filho autista, (pergunta 6), o pai revelou ser o aprendizado e a fixação do conteúdo, afirmando que o *“esquecer constantemente de tudo aquilo que é ensinado, todos os dias”* é o principal obstáculo para a aprendizagem.



De fato, os déficits cognitivos podem representar importantes barreiras para a aprendizagem e em diversas outras esferas da vida da pessoa autista, conforme Tomé (2007). No entanto, com técnicas, métodos e recursos apropriados, é possível prover condições de aprendizagem mais positivas e possibilitar que o aluno alcance resultados mais satisfatórios.

É importante que os pais busquem alternativas para o desenvolvimento do cognitivo dessas crianças e adolescentes, através de núcleos especializados, projetos universitários ou até mesmo através da sala do AEE, sem subestimar suas capacidades e acreditando no seu potencial. Além disso, o acompanhamento e a continuidade em casa dos trabalhos desenvolvidos para com esta pessoa autista também é demonstrado como aspecto crucial para se obter bons resultados (SERRA, 2010; MINATEL; MATSUKURA, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expectativas parentais em relação ao avanço escolar de seus filhos autistas, são mínimas, dando lugar para a socialização e a aprendizagem de habilidades que podem trazer mais autonomia. Dificuldades vivenciadas pelo aluno autista foram identificadas, tais como: o atraso na leitura e na escrita e dificuldade de concentração e memorização. A participação da família neste processo é fundamental para a garantia de uma educação prevista por lei.

Considera-se que este estudo pôde alcançar os objetivos propostos, e ainda que seja um estudo de caso, permitiu verificar as expectativas e dificuldades de ingresso ao ensino médio de um aluno com TEA, na perspectiva da família.

Que este estudo possa contribuir com estudos voltados para os educandos com TEA, levando a novas indagações que propulsionem uma educação cada vez mais, de qualidade.

REFERÊNCIAS

APA. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico E Estatístico De Transtornos Mentais Dsm-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <<https://aempreendedora.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Manual-Diagn%C3%B3stico-e-Estat%C3%ADstico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2020

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 16 de março. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Lei Berenice Piana**. Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista; e altera o § 3º do art. 98 da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <<http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/lei-no-12764-de-27-de-dezembro-de-2012-protacao-dos-direitos-da-pessoa-com-transtorno-do>>. Acesso em: 16 março. 2020.



BRASIL. Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPE. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. Brasília: MEC/ SECADI/DPEE, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192 Acesso em: 26 ago. 2020.

CÁBRIO, Regiane Cristina; CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Inclusão escolar de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA) no ensino fundamental II. **Temas em Educ. e Saúde**, Araraquara, v.13, n.02, p. 260-270, jun./dez. 2017.[S.l.], p. 260-270, nov. 2017. ISSN 2526-3471. Disponível em: <https://doi.org/10.26673/rtes.v13.n2.jul-dez.2017.9549>. Acesso em: 18 de abril. 2020.

CAPELLINI, V. L. M. F., SHIBUKAWA, P. H. S.; RINALDO, S. C. de Oliveira (2016). Práticas Pedagógicas Colaborativas na Alfabetização do Aluno com Transtorno do Espectro Autista. **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207, 13(2), 87-94. Disponível em: <http://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1309>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti; PINTO, A. K. P. ; SANTOS, E.C. **A inclusão de uma jovem com autismo no ensino médio na perspectiva de seus professores e colegas**. In: XVII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2015, Fortaleza. Didática e prática de ensino na relação com a sociedade. Fortaleza: EdUECE, 2014. p. 532-536. Disponível em: <http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro3/59%20A%20inclus%C3%A3o%20de%20uma%20jovem%20com%20autismo%20no%20ensino%20m%C3%A9dio%20na%20perspectiva%20de%20seus%20professores%20e%20colegas.pdf> Acesso em: 20 de jul. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Método de Pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Rossano Cabral et al. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes com autismo nos CAPSi da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Saude soc.**, São Paulo , v. 26, n. 1, p. 196-207, mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902017000100196&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2020.

LIMA, Stéfanie Melo; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. Escolarização de Alunos com Autismo. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 22, n. 2, p. 269-284, jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382016000200269&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jul. 2020.

MACEDO, Luanna Raquel Gomes et al. "Inclusão de autistas e seus desafios: uma revisão bibliográfica". **Anais IV CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/37174>. Acesso em: 15 abril. 2020.

MINATEL, Martha Morais; MATSUKURA, Thelma Simões. Familiares de crianças e adolescentes com autismo: percepções do contexto escolar. **Revista Educação Especial, Santa Maria**, p. 429-442, maio 2015. ISSN 1984-686X. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/14708>. Acesso em: 14 jan. 2020.



MOSCHINI, R.; SCHMIDT, Carlo. Relações entre família, escola e a inclusão de pessoas com autismo. **V CBEE. Congresso Brasileiro de Educação Especial e VII Encontro Nacional dos Pesquisadores em Educação Especial**, 2012, São Carlos, SP. v. 1. p. 5870-5884. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/02/RELA%C3%87%C3%95ES_ENTRE_FAM%C3%8DLIA_ESCOLA_E_A_INCLUS%C3%83O_DE_PESSOAS_COM_AUTISMO.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SANTOS, R. K.; VIEIRA, A. M. E. C. S. TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA): DO RECONHECIMENTO À INCLUSÃO NO ÂMBITO EDUCACIONAL. **Universidade em Movimento: Educação, Diversidade e Práticas Inclusivas**, v. 3, p. 219-232, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7413>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SERRA, Dayse. Autismo, Família e Inclusão. **Polêmica**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 40 a 56, mar. 2010. ISSN 1676-0727. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/2693>. Acesso em: 20 ago. 2020.

TALARICO, M.V.T.S. LAPLANE, A.L.F. Trajetórias Escolares de Alunos com Transtorno do Espectro Autista. **Comunicações**, Piracicaba v. 23 n. 3. Número especial. p. 43-56 2016. Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/2068-comunicacoes/v23nesp/21191-trajetorias-escolares-de-alunos-com-transtorno-do-espectro-autista.html>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

TOMÉ, Maycon. Educação Física como Auxiliar no Desenvolvimento Cognitivo e Corporal de Autistas. **Movimento e Percepção**, Brasília, DF, 8.11, 14 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://ferramentas.unipinhal.edu.br/movimentoepercepcao/viewarticle.php?id=158>. Acesso em: 20 ago. 2020.

VARGAS, R. M.; SCHMIDT, C. Envolvimento parental e a inclusão de alunos com autismo. **Acta Scientiarum. Education**, v. 39, n. 2, p. 207-217, 17 abr. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/26423>. Acesso em: 20 ago. 2020.